

A questão da dívida sob um novo prisma

17 ABR 1984

A reunião dos comitês interino e de desenvolvimento do FMI, na semana passada, em Washington, não trouxe nada de sensacional ou inovador conforme previramos. Serviu mais como um balanço, um estudo de situação, como diriam os estrategistas. E nesse sentido teve os seus méritos, apesar da posição intransigente assumida pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos.

A primeira coisa a notar é que, ao contrário de outras reuniões da cúpula financeira internacional — pois o comitê interino de ministros do FMI forma, na prática, uma cúpula financeira —, os problemas e os assuntos específicos do chamado Grupo dos Dez, isto é, dos países mais ricos do mundo, não ocuparam o primeiro plano. Para quem freqüentou reuniões do FMI nos últimos dez anos, como simples observador ou por necessidade profissional, isto é sintomático, pois sempre os problemas dos países em desenvolvimento ou dos países pobres ficavam relegados a um segundo plano em benefício dos ajustes e acertos entre países ricos; ou era a "serpente européia", ou a coordenação de políticas monetárias, ou os problemas das taxas flutuantes de câmbio, ou as brigas dentro do Mercado Comum Europeu — enfim, os temas dos países ricos é que dominavam o ambiente e as discussões.

Desta vez o assunto dominante foi indiscutivelmente o problema da dívida externa dos países em desenvolvimento. Se alguma coisa além disso, ou fora disso, foi debatida na reunião fechada dos representantes do Grupo dos Dez, o mundo não ficou sabendo e provavelmente não ficará sabendo. Queiram ou não queiram os representantes dos países avançados, os técnicos do FMI, ou os dirigentes dos bancos credores, a questão da dívida externa se impõe e, mais que isso, avança no sentido de se tornar crescentemente política.

Isso ficou visível nas discussões, as quais, travadas entre ministros das Finanças e funcionários de bancos centrais, mesmo assim deixaram o tom frio e o conteúdo árido característicos de tais eventos para se tornarem sensivelmente emocionais. As discussões assumem teor apaixonado, mesmo num fórum como este, que deveria primar pelo tecnicismo, uma vez que não se trata de políticos ou diplomatas, mas de tecnocratas.

Torna-se portanto óbvio que o problema caminha para ser inevitavelmente encampado por outras esferas dos governos, isto é, para sair do âmbito estrito das administrações econômico-financeiras. Ficou perfeitamente definido no plenário do FMI um embate entre os países devedores e alguns países credores, principalmente Estados Unidos e Inglaterra, sendo que neste grupo a Alemanha e a França parecem adotar atitudes conciliatórias e desejar para si mesmas, quem sabe, uma posição de intermediação.

Mais do que nunca se verifica que os debates se polarizam entre duas correntes de opinião: uma, a daqueles que não querem pensar no assunto a médio e longo prazo, isto é, estrategicamente, e preferem a abordagem pragmática de ir resolvendo emergências com os meios e os modos que estiverem mais à mão em cada instante. Outra, a dos que pensam que este pragmatismo de circunstância não está levando a soluções efetivas e eficazes, mas apenas gerando dificuldades para mais adiante, além de ser arriscado. É o que nós também pensamos e por isso vimos de longa data defendendo um entendimento político, no plano de governos, que abra caminhos para uma solução que tem de ter, é claro, seus aspectos técnicos, mas fora dos padrões habituais e tradicionais.

Convenhamos que, se esse enfoque não surgiu nos piores momentos da crise, talvez seja mais difícil ser adotado agora, quando os "pragmáticos" podem alegar que o quadro de "sufoco" foi superado e a situação até mesmo dos grandes devedores apresenta desafogo. Para eles as negociações caso a caso, os ajustes sob a supervisão do FMI e os pacotes financeiros pré-arranjados estão dando resultados, não sendo necessário inventar nada de novo.

Esses resultados positivos, todavia, têm sido apenas contábeis, digamos assim. A verdade é que a maior parte dos países que integram o FMI continuam mergulhados na recessão. E na própria reunião se reconheceu que com tais procedimentos os países mais pobres estão transferindo recursos reais para os países mais ricos, o que, nas palavras do embaixador brasileiro em Washington, Sérgio Correia da Costa, equivale a uma transfusão de sangue de um enfermo para um atleta olímpico.

Tem toda razão o secretário do Tesouro norte-americano, Donald Regan, ao dizer que, em vez de ficar recriminando Washington, cada país deveria tratar de pôr ordem na sua própria casa. Tem o direito também de discutir com seus parceiros e com o resto do mundo a acusação de que a política de juros do seu país é que está impedindo a restauração da estabilidade internacional. Mas não pode negar dois fatos: que a transferência real de recursos dos países endividados para os países credores é contraditória e inquietante; que sem a retomada do crescimento nos países em desenvolvimento a própria economia dos países ricos estará ameaçada. E para esses dois fatos ainda não apareceu nenhuma solução.

Agora, apesar da aparente intransigência do secretário Regan em admitir formas novas de negociação, e da resistência dos principais sócios do FMI em alocar à entidade e ao Banco Mundial maiores recursos para enfrentar a questão da dívida; apesar, também, da opinião do nosso ministro Galvães de que o chamado cartel de devedores seria uma tontaria; a despeito, ainda, da ausência, nesta reunião, de iniciativas práticas diferentes da rotina — estamos convencidos de que o problema está sendo examinado sob novas luzes. Elas mostram, por exemplo, que os principais devedores se estão aproximando, apesar de não quererem formar *nihilum* cartel; que o governo norte-americano só espera o término da sua campanha eleitoral para colocar na mesa suas verdadeiras cartas; que o FMI pode e deve exercer um trabalho de coordenação mais amplo e mais firme; que os bancos credores podem aceitar condições de prazos e juros mais suaves em troca de garantias mais sólidas dadas por seus próprios governos ou pelo FMI. Mostram, portanto, que caminhamos de qualquer forma para uma solução negociada, para a qual, aliás, não faltam sugestões técnicas que podem ser postas rapidamente em prática no momento em que houver necessidade e principalmente vontade política internacional bem coordenada.

N. da R.: O editorial de ontem, "A Lei dos Mananciais e a passionária do Ibirapuera", continha um erro. No segundo parágrafo, onde se lê "... quando uma lei é obedecida, torna-se necessário alterá-la", leia-se "... quando uma lei não é obedecida... etc."